

DESIGUALDADE NO ACESSO A CULTURA NA CIDADE DE SÃO PAULO¹

**PRISCILA SOUZA DANTAS NPQV/MACKENZIE
MÔNICA YUKIE KUWAHARA NPQV/MACKENZIE**

ÁREA DE SUBMISSÃO:

6. Capitalismo e Espaço

6.2. Estruturas e dinâmicas urbanas.

¹ A pesquisa que gerou esta pesquisa foi financiada pelo Fundo Mackenzie de Pesquisa: Mackpesquisa

RESUMO

O artigo descreve a distribuição equipamentos culturais na cidade de São Paulo, propondo-se a refletir sobre como essa distribuição relaciona-se com a desigualdade e a qualidade de vida da população na cidade. Apesar da cultura ter papel fundamental no desenvolvimento local e na qualidade de vida, ainda é uma área escassa em políticas públicas de incentivo que visem uma melhor distribuição do acesso a cultura pela cidade. O objetivo geral é descrever a desigualdade de acesso a cultura na cidade de São Paulo no sentido de evidenciar a demanda de políticas públicas de incentivo a cultura e sua importância na qualidade de vida nas subprefeituras. Os objetivos específicos incluem (1) Identificar a cultura na lógica econômica e no conceito de qualidade de vida multidimensional (2) Descrever a distribuição do acesso a cultura por subprefeitura em dois níveis, o acesso interno e externo a cultura para evidenciar a desigualdade desse acesso. O acesso interno é o acesso domiciliar a cultura (rádio, televisão, internet) na cidade por subprefeitura a partir dos microdados do Censo 2010; já o acesso externo é compreendido a partir da distribuição dos equipamentos culturais municipais da cidade (3) Apresentar elementos para definir a política cultural, requerendo abordagens multidisciplinares, mas restringindo a análise no problema da desigualdade do acesso a cultura para convergir com os dados disponíveis para a análise. Para cumprir os objetivos propostos a pesquisa utilizou como referencial teórico a concepção multidimensional de qualidade de vida, proposta por Amartya Sen. Entre os métodos quantitativos, a pesquisa fez uso dos microdados do Censo de 2010, fornecidos pelo IBGE, para identificação de variáveis que compõe o acesso a cultura identificada no banco de informações de domicílios, ou seja, o acesso a bens que proporcionem o consumo de cultura, no caso, as residências com rádio, televisão e internet. Além disso, a partir das informações dos equipamentos culturais da cidade de São Paulo, coletados no site da prefeitura do município, foi possível identificar o acesso externo, ou seja, os espaços públicos municipais, equipamentos culturais ligados às diversas formas de expressão, como teatro, dança, exposições, leitura e etc. Com base neste indicador denominado Indicador de Acesso à Cultura (IAC) realizou-se um *ranking* das subprefeituras em termos de acesso a equipamentos culturais. A partir dessa visualização, identificou-se a desigualdade distributiva de espaços públicos de cultura na cidade e as demandas por políticas públicas destinadas à cultura na cidade.

Palavras chave: cultura; qualidade de vida; políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Este artigo ocupa-se da demanda de políticas públicas municipais de incentivo à cultura na cidade de São Paulo a partir do acesso a cultura e procura descrever como essa distribuição está relacionado com a qualidade de vida e o quadro de desigualdade que a cidade apresenta. A cultura compreende um vínculo social que vai além de relações econômicas, é uma atividade econômica geradora de renda, porém, tem atributos não econômicos como o senso de identidade, portanto, compreende “um complexo sistema de valores, crenças, costumes e idéias de uma determinada sociedade cuja difusão ocorre por meio de variadas manifestações e expressões de cunho artístico” (BERTINI, 2008, p.23). A atenção à cultura nos estudos sobre desenvolvimento sócio econômico culminou na “conferência mundial sobre políticas culturais Mondiacult”, em 1982 no México, onde “reconheceu-se que as políticas culturais para o desenvolvimento deveriam estar centradas nas forças vivas da cultura, ou seja, patrimônio, identidade, diversidade implícita e criatividade” (Guia cultural do estado de São Paulo, 2001, p.11). Com essa perspectiva, a cultura estabelece-se como um fator no desenvolvimento local e evidencia uma relação com a qualidade de vida nas regiões da cidade de São Paulo, o que justifica a inclusão dessa variável na pauta das políticas públicas da cidade.

A principal referência teorica do artigo é a abordagem das capacitações de Amartya. Normalmente, os índices utilizados para mesurar desigualdade consideram como variável principal os índices de renda, como acontece com o cálculo do PIB per capita ou o IDH, por facilidade de obtenção desses dados ou por consideração tradicionais de análise econômica. No entanto, essa abordagem, em uma perspectiva multidimensional da qualidade de vida, torna-se insuficiente por não levar em consideração a distribuição de renda. Embasado em Amartya Sen “existem outras influencias sobre a privação de capacidades além do baixo nível de renda que não é o único instrumento de geração de capacidades” (SEN, 2000, pág 110) e é nessa perspectiva que se coloca a cultura como variável na qualidade de vida de uma dada região da cidade de São Paulo.

Na abordagem das Capacitações, o foco são as pessoas e o que estas estão efetivamente aptas a fazer e ser conforme as oportunidades dadas pelo conjunto de recursos que tem na vida como, por exemplo, acesso a saúde, educação e condições básicas de sobrevivência. Com base nessa abordagem, buscou-se apresentar dados que não colocam apenas a renda como variável relevante para mensuração das desigualdades e das necessidades das pessoas. Os aspectos avaliados e considerados no artigo são diretamente relacionados com a condição de

vida das pessoas, portanto, uma visão multidimensional da qualidade de vida. As condições básicas proporcionam oportunidade para os indivíduos de estabelecerem escolhas de como direcionar sua vida e exercer uma liberdade que é entendida como importante por Sen:

Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo (SEN, 2000, pg. 29)

O acesso à cultura é interpretado como um dos componentes da qualidade de vida multidimensional. O procedimento à visualização da cultura nas diversas regiões da cidade dá-se a partir da descrição da distribuição de equipamentos culturais e bibliotecas espalhadas pela cidade e se as pessoas têm acesso ou não a bens culturais (rádio, televisão e internet) em seus domicílios. Conforme a avaliação dessa distribuição, as subprefeituras do município foram ordenadas de forma decrescente, ou seja, a região que apresenta o melhor índice de acesso à cultura fica em primeira posição enquanto o pior índice fica em última. Além disso, para não restringir à análise da oferta de equipamentos culturais e bibliotecas, utilizou-se a pesquisa de percepção de qualidade de vida na cidade de São Paulo feita pela Rede Nossa São Paulo e IBOPE inteligência para consideração de dados qualitativos.

O artigo se divide em três grandes seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira apresenta o referencial teórico utilizado para a abordagem da relação entre cultura, economia e qualidade de vida. A segunda seção faz uma descrição dos dados utilizados. A terceira seção sugere alguns elementos para a reflexão sobre uma política cultural, em especial a necessidade de enfrentamento do problema da desigualdade do acesso a cultura.

Os resultados indicam que a oferta de bens culturais mostra-se concentrada na região central da cidade e que, apesar de relativa melhoria nas condições de acesso a informação, os domicílios da periferia da cidade permanecem apresentando os piores índices de acesso, acompanhados de baixas médias de rendimentos, reduzindo a oportunidade de realizações, *a la Sen*, de “desenvolvimento como liberdade”.

1. CULTURA, ECONOMIA E QUALIDADE DE VIDA

1.1. CULTURA E ECONOMIA

O entendimento conceitual da cultura é fundamental para propor uma discussão sobre sua relevância na qualidade de vida e nas propostas de políticas públicas de incentivo nessa área. Em seu sentido primitivo, a cultura é algo formativo do animal humano. Estudos mostram que

os neandertais (*Homo sapiens neanderthalensis*, espécie distinta do *Homo sapiens sapiens*, com a qual conviveu), há mais de 50 mil anos, já se dedicavam à confecção de joias e ornamentos, peças feitas de diferentes tipos de materiais e que apresentam o uso de pigmentos naturais. Isto indica que mesmo no homem primitivo, em meio a condições de sobrevivência precárias, estavam presentes as dimensões simbólica e criativa do cotidiano, e, em particular, a noção da atualização da diferença de cada indivíduo ou grupo em relação aos demais, o que já é uma espécie de vida cultural. Esse é só um exemplo sobre a vida cultural, não cabe descrever aqui as etapas que as formas de expressões culturais variam no tempo e no espaço, pois é uma discussão demasiadamente longa e inevitavelmente de cunho interdisciplinar em que a esfera da economia é apenas um dos aspectos.

O fato é que a cultura faz parte da essência da convivência humana e da forma que o ser humano se expressa no mundo de acordo com suas interpretações e experiências da realidade em que vive. A cultura pode ser vista sob vários enfoques e sua forma mais ampla de compreensão é determinada pela antropologia, onde a cultura abrange códigos de valores morais, os modos de conduta e as formas de ver o mundo compartilhado por um povo que se concretizam em várias expressões artísticas, como o teatro, a música, culinária, o artesanato e etc. A cultura é “um complexo sistema de valores, crenças, costumes e ideias de uma determinada sociedade cuja difusão ocorre por meio de variadas manifestações e expressões de cunho artístico” (BERTINI, 2008, p.23).

Do ponto de vista da economia, são contemplados os bens, serviços e manifestações culturais no fluxo completo de produção, distribuição, consumo e também como objeto de políticas públicas. Esse fluxo completo é o pressuposto fundamental para a efetivação do potencial dos bens culturais. Exemplificando um fluxo incompleto: um bem cultural guardado, não distribuído, não levado ao mercado, que não chega ao conhecimento das pessoas que não transmite seus valores e suas mensagens embutidos. Os bens culturais, nesse caso, não geram fluxo de capital, ou seja, uma atividade econômica que gere emprego e renda. Essa rica atividade, muitas vezes, não é encarada como econômica.

A economia da cultura oferece todo o aprendizado e o instrumental da lógica e das relações econômicas - da visão de fluxos e trocas; das relações entre criação, produção, distribuição e demanda; das diferenças entre valor e preço; do reconhecimento do capital humano; dos mecanismos mais variados de incentivos, subsídios, fomento, intervenção e regulação; e de muito mais – em favor da política pública não só de cultura, como de desenvolvimento. (REIS, 2009, p.29)

Os bens e serviços culturais guardam uma correlação entre o valor econômico e o valor cultural, que não deve ser ignorado. Os bens culturais têm importância além do econômico por ter a intrínseca característica de expressão de um valor cultural, ou seja, o senso de identidade proporcionado pelo consumo desses produtos e o impacto de vínculo social que essa produção pode gerar. De acordo com Bertine (2008), o valor econômico (preço) é entendido como um mero “sentimento egoísta” e o valor cultural como parte de um “sistema de ideias, costumes, crenças e tradições” onde bens culturais tendem a sofrer significativos impulsos econômicos. Há uma dificuldade conceitual para a definição de cultura e de seu valor cultural, por ser um valor subjetivo, mas esse valor é fundamental para compreender a lógica econômica por trás dos bens culturais.

Segundo as concepções de Reis & Marco, uma característica inerente aos bens e serviços culturais é essa circulação no campo dos valores, mas sem deixar de transitar na esfera econômica dos preços. O valor, no caso, é entendido como uma percepção individual enquanto o preço é a percepção agregada, intimamente relacionada com a lógica do mercado. A figura abaixo ilustra essa idéia.

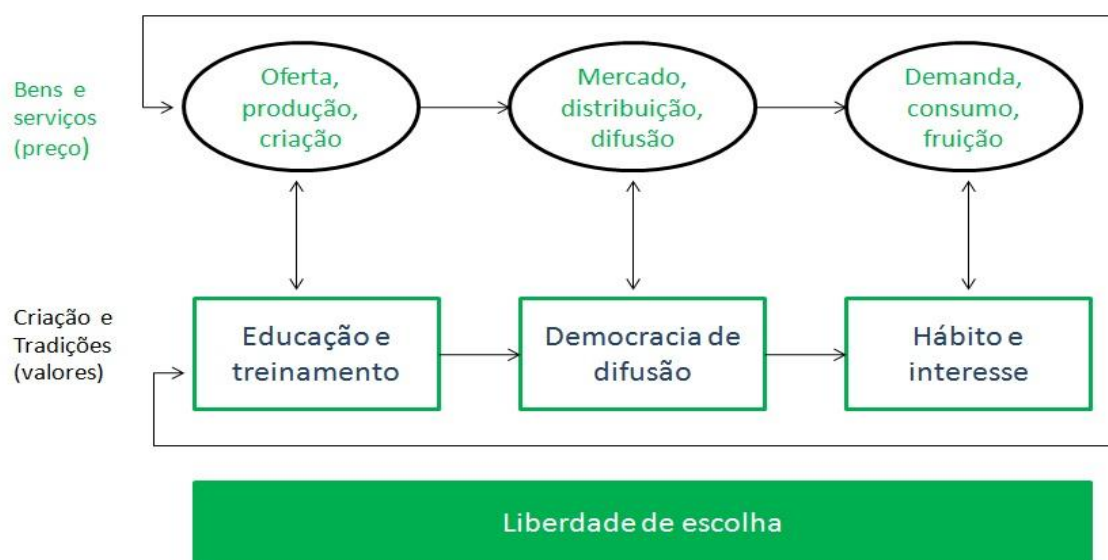


Figura 1: Fluxo de Preço e Valores na Cultura

Fonte: Reis, 2009, pag.35.

Um gargalo em relação lógica da cultura na economia e que explica uma parte do quadro acima é a desvalorização dos profissionais envolvidos na área cultural, ligado a questão da oferta, produção e criação, devido ao déficit de educação e treinamento. Há pessoas interessadas em profissionalizar-se como artistas, mas, devido à falta de possibilidade de

concretização desse interesse em algo que lhes gere uma renda compatível, ou por falta de espaços para sua formação, acabam abdicando da produção cultural, para se dedicarem a profissões que pessoas com quaisquer outros talentos poderiam desenvolver. “É esse genocídio de talentos e de saberes culturais, é essa condenação à extinção de tecnologias culturais irre recuperáveis que, com um fluxo azeitado de cadeia econômica da cultura, podemos tentar resolver” (REIS, 2009, pg.35). Fica evidente que a pessoa é impedida de usar sua liberdade de escolher e optar pela profissão ligada a produção e criação de cultura.

Em termos de consumo cultural, impulsionado por hábitos e interesses, os motivos de gargalos são vários, como nível escolar, nível socioeconômico, falta de meios de locomoção, preços altos, incompatibilidade de interesses com o que é oferecido culturalmente. Esses impedimentos fazem com que as pessoas não tenham a possibilidade de acesso à cultura e não exerçam sua liberdade de escolha entre consumir ou não cultura. Um estudo desenvolvido pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), intitulado “O Consumo cultural das famílias brasileiras” (IPEA, 2007), revela que o consumo cultural é uma estratégia cultural, que envolve a escolha do que se considera importante e também com quem se quer estabelecer trocas, ou seja, com o que e com que grupos uma pessoa se identifica e valoriza. Isso demonstra o quanto é delicada a definição do consumo de bens culturais, uma vez que está intimamente relacionada com a identificação das pessoas.

No campo produtivo, a cultura pode ser estimulada pela iniciativa privada ou pública que influencia a distribuição e difusão da cultura. Na iniciativa privada, geralmente, a produção é direcionada pelo mercado, ou seja, a produção está voltada para a maximização de ganhos e não para proporcionar acesso independente da renda. A produção privada necessita de agentes consumidores e que tenham renda suficiente para pagar pelo produto ofertado e, portanto, não entra no mérito de possibilitar acesso a cultura sem ter ganhos de capital em troca. Na produção, no caso do estímulo público, a composição é diferente, ele tem como finalidade proporcionar a cultura como direito ao cidadão, pois a cultura está relacionada a qualidade de vida das pessoas, portanto, uma obrigação do poder público aceito e exigido pela sociedade. A cultura, seus bens e serviços, são entendidos pelo poder público como bem meritório, ou seja, bens que podem ser produzidos pela iniciativa privada, mas que por sua importância social, podem ser alocados pelo poder públicos de acordo com as necessidades da sociedade, que está disposta a pagar por ela via impostos. O benefício desse investimento não fica restrito à população que anseia por esse bem, mas sim para a comunidade como um todo (Freire, 2011)

A cultura, portanto, compreende todos os aspectos presentes na economia tradicional, mas traz um adicional de valor cultural que está intimamente ligada às escolhas das pessoas e suas identificações. No entanto, apresenta gargalos em todas as suas esferas que é um desafio para as políticas públicas.

A utilização do conhecimento de mercado e das metodologias econômicas a serviço dos objetivos de política cultural revela que a cultura não só é capaz de promover valores democráticos, reforçar as identidades de uma sociedade, incrementar a qualidade de vida, favorecer a criatividade e a inovação de um povo, mas também possui uma faceta econômica fundamental para gerar a inclusão em uma sociedade em desenvolvimento. (Observatório Itaú cultural, 2010, pg.57)

A percepção das relações de gargalo que a cultura tem na economia e o reconhecimento dos pesquisadores, intelectuais e formuladores de políticas públicas de sua importância não é suficiente, pois não põe em prática propostas para resolução desses problemas. Entender essa lógica deve estar por traz de uma ação mais importante: o desenho das políticas públicas destinadas a essa área. As políticas públicas são relevantes para direcionar uma estratégia de efetivar o estímulo as atividades culturais, além de identificar os potenciais gargalos dessas atividades, sejam elas em formato de produção, consumo, acesso etc. Uma política pública clara, objetiva e baseada no contexto local é fundamental para superação dos gargalos na cadeia produtiva da cultura.

A cultura não é uma variável importante apenas na compreensão de sua dinâmica econômica, mas também em suas relações com a qualidade de vida das pessoas. As políticas públicas culturais são consideradas um tipo de política pública social, que é o foco desse trabalho de compreensão das políticas de incentivo a cultura na cidade de São Paulo no contexto da qualidade de vida da população. A resolução dos gargalos da cultura são, também, essenciais para a ampliação de liberdade de escolha das pessoas. Para a compreensão mais detalhada dessa questão, a próxima seção contará com a apresentação da abordagem das capacitações de Amartya Sen que evidencia a cultura como uma das variáveis da abordagem da qualidade de vida de maneira multidimensional.

1.2. CULTURA NO CONCEITO MULTIDIMENSIONAL DA QUALIDADE DE VIDA DE AMARTYA SEN

É exatamente a fortalecer a liberdade de escolhas das pessoas que atuam na esfera cultural e a concretizar o potencial econômico da produção cultural, que se dedica a economia da cultura. Ela oferece elementos que explicitam a análise das relações econômicas da cultura, destrincha os gargalos das cadeias econômicas dos bens e serviços culturais e utiliza mecanismos de remuneração e acesso a bens e serviços culturais, que envolvem os direitos de propriedade intelectual, para mencionar

apenas alguns aspectos. Disciplina nova no Brasil, mas existente no mundo desde a década de 1960, a economia da cultura apresenta enorme potencial para facilitar o atingimento dos objetivos de política pública – não apenas cultural, mas de desenvolvimento. (REIS, 2009, p. 23)

A teoria econômica aqui utilizada para justificar a tomada da cultura como variável importante para se fazer políticas de incentivo em São Paulo é a abordagem das capacitações e multidimensionalidade da qualidade de vida desenvolvida por Amartya Sen. Sen (2000) faz uma abordagem das capacitações: pensar no que as pessoas estão efetivamente aptas a fazer e a ser de acordo suas oportunidades, dadas pelo conjunto de condições básicas de recursos que tem na vida como, por exemplo, acesso a saúde, educação e condições básicas de sobrevivência, que as levam a fazer escolhas e exercer sua liberdade. A qualidade de vida em uma análise multidimensional, portanto, é entendida como o conjunto dessas capacitações que vão além da renda.

A abordagem das capacitações (*capability approach*) é uma concepção da igualdade de oportunidades reais, que destaca a liberdade que as pessoas têm para levar suas vidas da maneira que bem entenderem (SEN, 2000). Dessa forma, as capacitações são o “poder para fazer ou deixar de fazer” e a liberdade é ter escolhas sem ser forçado a viver de forma específica. As oportunidades reais, por sua vez, não são medidas apenas pela quantidade de recursos disponibilizados às pessoas, mas funções, cujos valores são determinados por uma série de fatores: recursos, talentos, condicionamentos, direitos, expectativas, escolhas anteriores, alto estima, poder de iniciativa, voz na comunidade, processos decisórios e etc. Esses fatores estão diretamente relacionados a estados e ações que uma pessoa realiza ao viver. Estas realizações são chamadas de fundamentos que podem ser de caráter elementar como, por exemplo, “estar bem nutrido”, “estar em boa saúde” ou ações mais complexas, mas importantes para uma vida realizada como, por exemplo, “ser feliz”; “ter respeito próprio”; “educar-se”; “ter acesso à cultura e lazer”, etc que são elementos constitutivos do estado da pessoa.

A capacidade de realizar o conjunto de funcionamentos reflete a liberdade da pessoa para levar um tipo de vida ou outro. Em outras palavras, a capacidade de realizar o funcionamento “ter acesso à cultura”, por exemplo, reflete a liberdade de uma pessoa. Logo, a falta de oportunidade de não realizar um funcionamento ou um conjunto de funcionamento expressa uma condição de ausência de liberdade de escolha. No caso da cultura, a possibilidade de acesso a bens culturais e equipamentos culturais é essencial para a realização do funcionamento “ter acesso à cultura”, se não há formas de acesso, a liberdade de escolha é

prejudicada. A pessoa é impedida de levar a vida conforme suas vontades, deixa de ter a oportunidade de escolher entre consumir ou não um bem cultural pela falta de acesso. Como as capacidades refletem a liberdade para buscar elementos construtivos do bem estar, no caso de ausência de acesso à cultura, a liberdade de escolher consumir está sendo prejudicada. Percebe-se que a capacidade de realizar o funcionamento “ter acesso à cultura” não acontece. A pessoa não tem a oportunidade real, ou seja, não pode realizar o funcionamento que proporcione cultura para ter a liberdade de escolher ou não consumir um bem ou serviço cultural. Essa ausência de acesso, não se resume a esfera do consumo, pode se dar na esfera produtiva, por exemplo, quando não há acesso a escolas de formação de artistas que proporcione a liberdade de escolher entre estudar artes ou outra atividade. As pessoas sem acesso a cultura também sofrem com falta de informação, ausência de contato com atividades cognitivas e desenvolvimento de sua criatividade.

O desenvolvimento é um processo de expansão das liberdades de escolhas, onde a privação da cultura (em termos produtivos e de acesso) significa a negação da liberdade cultural empobrecendo vidas humanas e excluindo pessoas das ligações culturais as quais elas têm direito. Portanto, a perspectiva do desenvolvimento humano pode, e deve efetivamente, ser ampliado para acolher a importância da cultura (Plano da secretaria de economia criativa, 2011, pg.115).

Esses impedimentos de realizar o funcionamento “ter acesso à cultura” pode ser causado pela ausência de equipamentos culturais próximos de casa; ausência de renda para adquirir um bem que proporcione cultura (rádio, televisão, microcomputador, etc); ausência de escolaridade, entre outros elementos, todos relacionados ao acesso, que inibem a liberdade de escolha das pessoas.

Além da definição de funcionamentos, Sen (2000) coloca como reflexão na abordagem das capacitações a realização da condição de agente. Segundo Sen, realização do homem não se restringe a realização do seu próprio bem-estar e utilidade, como a economia tradicional trata, há outras motivações como, boa vontade, senso de dever, lealdade, senso de comunidade que podem estar presentes nas escolhas das pessoas. Para Sen, é possível a uma pessoa valorizar e promover ações e eventos “mesmo que a importância atribuída a esses fatos não se relacione com uma melhora em seu próprio bem-estar” (SEN, 1999, p.57). A cultura influencia nas condições de agente das pessoas, uma vez que se localiza na esfera dos valores, que permeia a educação, criatividade e sensibilidade humana, tendo influência nas escolhas das pessoas.

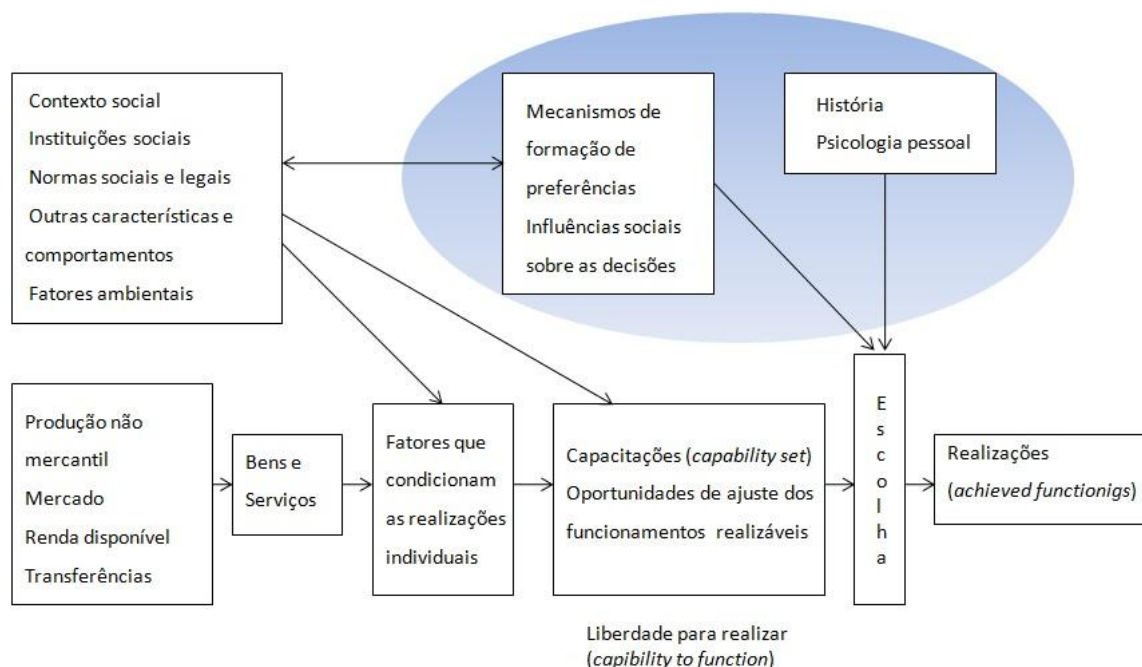


Figura 2: Localização da cultura na representação não dinâmica das capacidades de uma pessoa e seu contexto pessoal

Fonte: extraído, com adaptações, de Robeyns, 2005, p.98

Para visualizar melhor onde a cultura se localiza na abordagem das capacidades, o quadro acima faz uma representação não dinâmica das capacidades de uma pessoa e seu contexto pessoal. A cultura permeia a esfera dos valores e da história psicológica das pessoas, que varia conforme as condições de vida que cada um leva e as oportunidades reais que tem disponíveis para fazer escolhas.

2. O ACESSO À CULTURA EM SÃO PAULO

A compreensão quantitativa de acesso à cultura não é trivial. Isso porque a cultura não é relacionada apenas com acesso, mas sim com trocas valores e expressões intrínsecas a uma determinada sociedade, onde sua difusão ocorre por meio de variadas manifestações e expressões artísticas. Dessa forma, poder ir a um equipamento cultural não é suficiente para compreensão da cultura. Para fazer uma abordagem e conseguir assimilar, mesmo que simplificada, o acesso que as pessoas tem a cultura no município de São Paulo, a partir de uma fotografia de como é distribuído esse acesso entre as subprefeituras, utilizou-se um indicador de acesso a cultura (IAC). A opção para determinação desse indicador foi pelo:

- (1) Total de bibliotecas por 100.000 habitantes (iac1): Composto por bibliotecas públicas sobre responsabilidade Secretaria Municipal de Cultura;

- (2) Total de equipamentos culturais (iac2): os equipamentos considerados são os teatros, pontos de incentivo à leitura, museus, casa de cultura, centros culturais, etc.);
- (3) Indicador de acesso a informação (iai=iac3), composto por indicadores de existência de rádio, TV e microcomputadores com internet coletados no Censo 2010. Será analisada a informação que indica acesso à informação, ou seja, a ausência de todos esses bens.

Em relação aos equipamentos culturais e bibliotecas públicas municipais disponíveis (acesso externo), há uma distribuição desigual tanto do conjunto de equipamentos quanto da disponibilidade de bibliotecas. Isso implica em dizer que subprefeituras dotadas de bibliotecas nem sempre tem a mesma disponibilidade de outros equipamentos culturais.

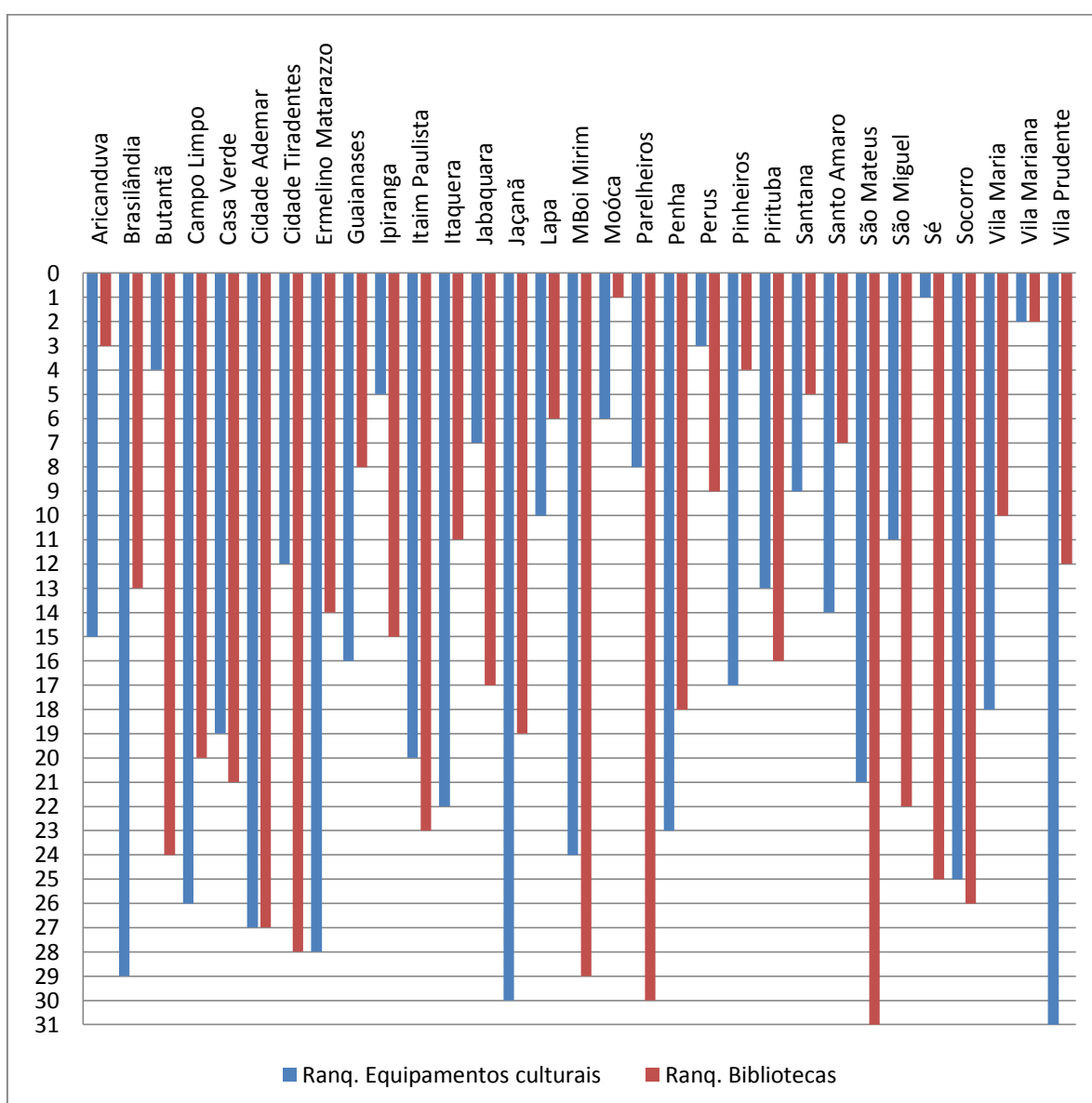


Figura 3: Concentração de equipamentos culturais por 100 mil habitantes no domínio das subprefeituras.
Fonte: Prefeitura da cidade de São Paulo; Elaboração Própria.

No caso da distribuição de equipamentos culturais, os primeiros cinco lugares foram ocupados pela subprefeitura da Sé, Vila Mariana, Moóca, Butantã e Ipiranga. Além do gráfico, os mapas de concentração ilustram a distribuição de equipamentos culturais e bibliotecas públicas.

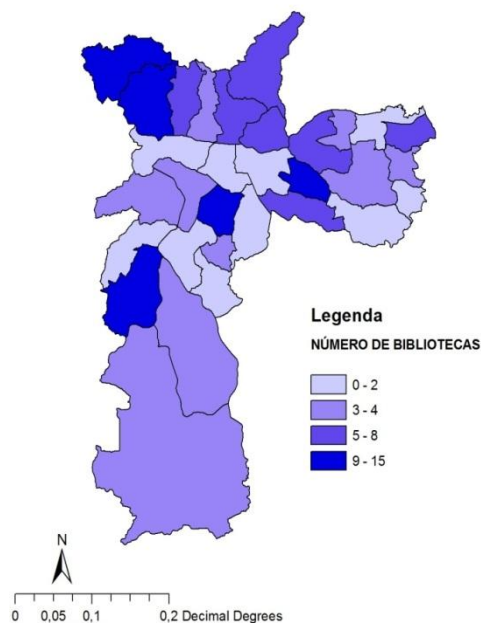


Figura 4: Concentração de bibliotecas por 100 mil habitantes no domínio das subprefeituras.
Fonte: Prefeitura da cidade de São Paulo;
Elaboração Própria.

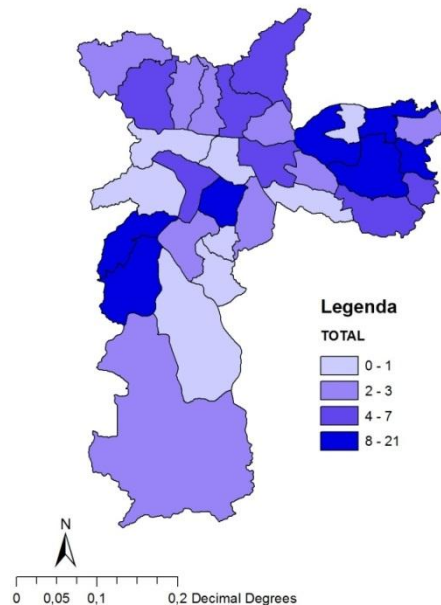


Figura 4: Concentração do total de equipamentos culturais por 100 mil habitantes no domínio das subprefeituras.
Fonte: Prefeitura da cidade de São Paulo;
Elaboração Própria.

A Cidade Tiradentes, M'Boi Mirim, Jaçanã, São Miguel, Socorro, Parelheiros e Cidade Ademar apresentaram baixos índices de concentração de equipamentos culturais e de bibliotecas. Observa-se que essas são as subprefeituras mais distanciadas da região central, onde se concentra de forma mais intensa os equipamentos culturais e as bibliotecas. As subprefeituras com menor índice de acesso são as que se encontram na periferia da cidade. As de melhor índice localizam-se na região central ou na região de centro expandido da cidade como a Vila Mariana, ou então, em localidades consideradas de alto padrão, como é o caso do Butantã.

No indicador de acesso a informação (acesso interno), a variável iac3, temos as seguintes observações:

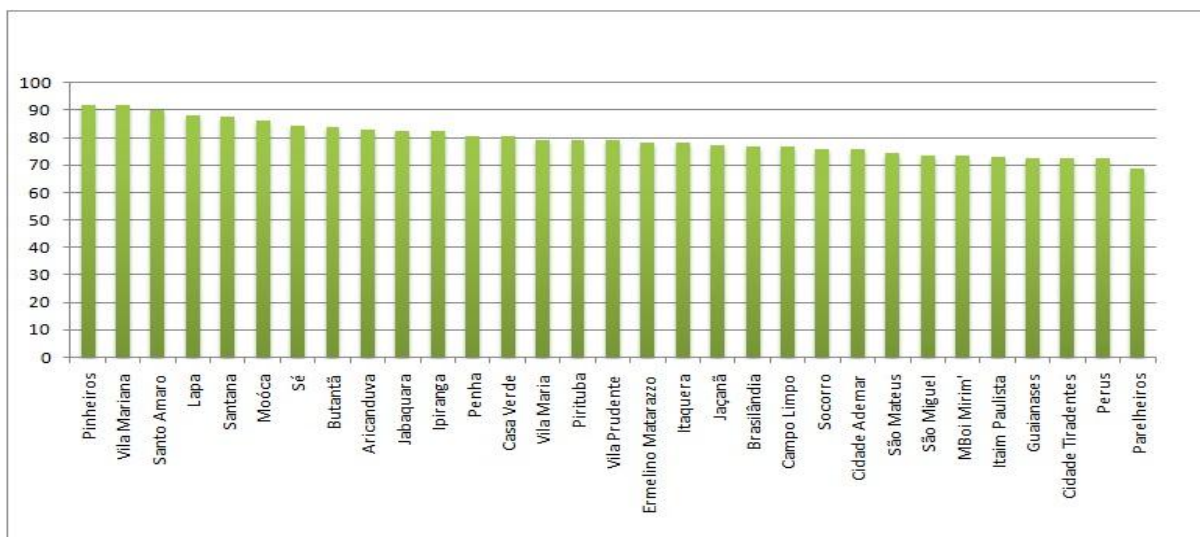


Figura 5: Ranking de acesso médio à informação por subprefeitura.

Fonte: IBGE (Censo 2010); Elaboração Própria

O indicador de acesso à cultura é gerado a partir da premissa de que parte do consumo cultural de muitos habitantes de cidades como São Paulo compreendem programas televisivos, música ou acesso a estes mesmos produtos culturais obtidos na internet. Nesta premissa, a presença de rádio, televisão e microcomputadores associados a internet indicariam o acesso a informação, mas também podem ser considerados como proxies de acesso parcial a cultura. Gerado a partir dos microdados do Censo de 2010 e seguindo a metodologia de Fiore et al (2007) o Indicador de Acesso a Informação mantém o mesmo padrão desigual de distribuição de acesso a cultura em relação aos indicadores de distribuição de equipamentos e bibliotecas, com as subprefeituras de Cidade Tiradentes, e Parelheiros apresentando os menores índices, além das outras subprefeituras Perus, Guaianases e Itaim Paulista. Esse resultado foi obtido a partir da média em relação ao acesso a rádio, televisão e internet.

No caso da televisão, o acesso médio em relação a todas as 31 subprefeituras é de 98,5% da população, seguido do rádio com 87,6% e da internet com 52,6%. O bem de menor acesso, portanto, é a internet que conta com uma variância de 2%, sendo que a subprefeitura de Pinheiros apresenta o melhor indicador com 85,4% população com acesso contra o pior indicador de 25,9% de acesso em Parelheiros. Como acesso médio de todos os bens as subprefeituras de Pinheiros, Vila Mariana e Santo Amaro obtiveram melhores resultados em contraste com os piores indicadores encontrados nas subprefeituras de Parelheiros, Cidade Tiradentes e Perus. Na média geral 79,6% da população da cidade de São Paulo tem algum bem de acesso a informação e cultura disponível em domicílio.

Tabela 1: Cinco melhores indicadores de acesso a informação

Subprefeitura	Acesso a rádio	Subprefeitura	Acesso a internet	Subprefeitura	Acesso a televisão	Subprefeitura	Acesso médio a informação
Santo Amaro	92,9%	Pinheiros	85,4%	Vila Mariana	99,6%	Pinheiros	91,7%
Santana	92,8%	Vila Mariana	83,6%	Santo Amaro	99,4%	Vila Mariana	91,6%
Moóca	91,6%	Santo Amaro	77,6%	Santana	99,4%	Santo Amaro	90,0%
Vila Mariana	91,6%	Lapa	73,5%	Penha	99,2%	Lapa	87,9%
Lapa	91,2%	Santana	70,1%	Pinheiros	99,2%	Santana	87,4%

Fonte: IBGE (Censo 2010); Elaboração Própria

Tabela 2: Cinco piores indicadores de acesso a informação

Subprefeitura	Acesso a rádio	Subprefeitura	Acesso a internet	Subprefeitura	Acesso a televisão	Subprefeitura	Acesso médio a informação
Cidade Tiradentes	82%	Parelheiros	26%	Parelheiros	96%	Parelheiros	69%
Guaianases	82,9%	Perus	35,8%	Perus	97,4%	Perus	72,4%
São Miguel	83,1%	Itaim Paulista	36,5%	Itaim Paulista	97,6%	Cidade Tiradentes	72,4%
Campo Limpo	83,7%	Cidade Tiradentes	36,7%	São Mateus	97,7%	Guaianases	72,6%
Perus	84,0%	Guaianases	37,0%	Guaianases	97,9%	Itaim Paulista	72,8%

Fonte: IBGE (Censo 2010); Elaboração Própria

O quadro das subprefeituras que apresentam os melhores e piores indicadores em relação a cada item de acesso, está disposto acima. Percebe-se que há uma coincidência dos melhores indicadores de subprefeituras em todas as formas de acesso (rádio, televisão e internet) e nos piores resultados também.

Os dados disponíveis não são suficientes para comprovar a relação que existe entre os demais fatores de qualidade de vida nas regiões e a quantidade de acesso à cultura que a população possui. No entanto, é relevante o fato desse acesso se demonstrar concentrado nas mesmas subprefeituras em relação a quase todos os indicadores analisados. Esse fato justifica a hipótese de que os equipamentos culturais, e consequentemente as políticas públicas culturais, estão concentradas em algumas regiões da cidade e que, devido a isso seria justificável políticas públicas de incentivo a cultura. Os bairros de Parelheiros, São Mateus, Cidade Tiradentes aparecem nos piores indicadores enquanto subprefeituras como Vila Mariana, Sé, Mooca, Lapa, Aricanduva, Pinheiros, Santana sempre aparecem em primeiro lugar nos Ranking, o que enfatizam o fato de que os equipamentos culturais concentram-se nesses espaços, mas também no quesito de acesso interno a bens culturais.

Os resultados de ausência se equipamentos culturais são alarmantes em algumas subprefeituras. Em Parelheiros, Cidade Ademar, Cidade Tiradentes, MBoi Mirim e São Mateus não há bibliotecas públicas, enquanto, na Cidade Ademar, Ermelino Matarazzo, Jaçanã, Brasilândia, Vila Prudente e Cidade Tiradentes não existe nenhum espaço público de domínio municipal como teatro, museu, centros culturais ou pontos de leitura. Percebe-se a

carência desses lugares não só em relação ao acesso a cultura, mas em vários aspectos da qualidade de vida.

Para identificar características qualitativas e considerar a cultura além dos dados de oferta de equipamentos ou de acesso a informação através de bens culturais, vale olhar os dados apresentados pela pesquisa feita pela Rede nossa São Paulo e o IBOPE inteligência sobre a percepção da população sobre a cidade. O objetivo da pesquisa é “levantar e monitorar indicadores sobre a satisfação com a qualidade de vida na cidade, condições de moradia, avaliação de serviços e de instituições públicas” (Rede nossa São Paulo, 2012, pg.4), denominada Indicador de Referencia de Bem-estar no Município (IRBEM). A amostra da pesquisa contou com 1.512 entrevistas, sendo que 30% foram realizadas na região sul; 36% na leste; 10% na oeste; 20% no norte e 4% no centro. O acesso a bibliotecas públicas, próximo de casa, foi uma das perguntas do item de condições de vida na cidade, e teve um dos piores indicadores. Apenas 52% das pessoas responderam que tem bibliotecas públicas próximas de casa.

Em um levantamento feito sobre a satisfação geral com a qualidade de vida em São Paulo por subprefeitura, Pinheiros teve a melhor média, ficando com a nota 5,4. Não por acaso, as subprefeituras de MBoi Mirim, Parelheiros, e Cidade Ademar ficaram com piores médias, apresentando uma consonância com os resultados quantitativos, aqui apresentados, de escassez de equipamentos culturais e bibliotecas nessas regiões, o que enfatiza a idéia da cultura como componente da qualidade de vida em um conjunto de variáveis que demonstram um quadro social geral de carências. A nota de satisfação geral com a qualidade de vida em São Paulo foi de 4,9 em 2011 contra 4,8 em 2010, esse conjunto de insatisfação é enfatizado com o dado de que 57% dos entrevistados sairiam de São Paulo para viver em outra cidade, ou seja, quase 6 em cada 10 paulistanos afirmam que se pudessem sairiam de São Paulo para morar em outra cidade. O resultado da satisfação média em relação à cultura teve como questões de análise: manifestações artístico culturais na cidade; proximidade com cinemas; proximidade de bibliotecas públicas; proximidade com centros culturais; frequência com que participa de atividades culturais; preço da entrada de teatro; shows e cinema; proximidade com teatros; frequência com que visita museus e exposições. As notas de todos esses itens foram entre 3,6 e 5,3, até mesmo a maior nota não alcançou a média esperada pela pesquisa de 5,5, conforme o Tabela 3:

Tabela 3: Satisfação média em relação as áreas em relação a variável cultura

Itens avaliados pelo IBOPE	Nota em 2011	Variação na média (2010/2011)
Manifestações artísticas culturais nas escolas	5,3	-0,1
Proximidade de cinemas	4,7	0,0
Proximidade de bibliotecas públicas	4,7	0,1
Proximidade de centros culturais	4,7	0,1
Frequência com que participa de atividades culturais	4,7	0,2
Preço das entradas de teatros, shows e cinemas	4,3	0,2
Proximidade de teatros	4,3	0,7
Frequência com que visita museus e exposições	4,0	0,3
Média total	4,6	0,2

Fonte: Rede Nossa São Paulo e IBOPE inteligência; Indicadores de Referência de Bem estar no Município (IRBEM)

Em um quadro geral com áreas relacionadas a qualidade de vida em São Paulo, o entrevistado foi questionado sobre a nota (de 0 a 10) que daria a cultura em São Paulo. A média em 2011 foi de 4,6 uma diferença de 0,2 a mais em relação ao ano anterior, no entanto, é uma das piores notas, ficando em 20º lugar no ranking entre 25 fatores de qualidade de vida analisados pela pesquisa, que está apresentado na Tabela 4. “Em um horizonte de 96 distritos vários tem ausência de equipamentos públicos, alguns exemplos: em 44 distritos não há nem sequer uma biblioteca municipal; 56 distritos não mantêm nenhum equipamento esportivo público e 59 não tem nenhum centro cultural” (Rede Nossa São Paulo).

Entre as áreas analisados da percepção da qualidade de vida, a desigualdade social ficou em 23º lugar, com uma nota 4,0. A nota para a satisfação média em relação a distribuição de renda, igualdade a acesos a justiça, e igualdade a acesso a moradia foi de 3,8. Igualdade a acesso a educação (4,4), igualdade no acesso a oportunidade de trabalho e emprego (4,3) e igualdade no acesso a serviço de saúde (3,9) também tiveram notas baixas. “Do ponto de vista ético, moral, social e econômico, não há nada mais insustentável, danoso, antiético, vergonhoso e degradante em uma sociedade do que a desigualdade. Ela está na origem de todos os problemas que afetam a qualidade de vida da população.” (GRAJEW, 2012).

Com os dados apresentados percebe-se que a cultura é apenas uma das variáveis que fazem parte dessa realidade de desigualdade da cidade que não é menos relevante que as demais carências. A insatisfação com a qualidade de vida em São Paulo é evidente em quase todos os indicadores, essa percepção, no entanto, não deve ser apenas a apresentação de realidade desagradável, deve servir para orientação e motivação de políticas públicas e mobilização para resolução dos problemas da cidade.

Tabela 4: Satisfação geral com áreas relacionadas à qualidade de vida em São Paulo.

Satisfação média com as áreas (notas de 1 a 10)	2011	
	Média	Rank
Relações humanas	6,8	1°
Religião e Espiritualidade	6,4	2°
Tecnologia da Informação	6,1	3°
Trabalho	6,0	4°
Sexualidade	5,7	5°
Consumo	5,6	6°
Aparência e Estética	5,2	7°
Saúde	5,1	8°
Relações com animais	5,1	9°
Juventude	5,0	10°
Educação	5,0	11°
Valores Pessoais e Sociais	4,9	12°
Lazer e Modo de Vida	4,9	13°
Habitação	4,8	14°
Meio Ambiente	4,7	15°
Terceira Idade	4,6	16°
Esporte	4,6	17°
Cultura	4,6	18°
Assistência Social	4,4	19°
Segurança	4,4	20°
Transporte/Trânsito (mobilidade)	4,3	21°
Infância e Adolescência	4,3	22°
Desigualdade Social	4,0	23°
Acessibilidade para pessoas com deficiência	3,9	24°
Transparência e Participação Política	3,5	25°

Fonte: Rede Nossa São Paulo e IBOPE inteligência; Indicadores de Referência de Bem estar no Município (IRBEM)

3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À CULTURA EM SÃO PAULO

De maneira geral uma política pública é um conjunto de ações do poder público para áreas específicas de responsabilidade do Estado. A política pública social é um tipo de política direcionada para população que apresenta um quadro de baixa qualidade de vida que, enxergada de maneira multidimensional, engloba educação, saúde, lazer, saneamento básico, assistência social dentre muitas outras questões ligadas ao bem estar das pessoas. É de responsabilidade do Estado, planejar e enquadrar no orçamento público essas políticas ditas sociais, voltadas para a população mais carente, que sofre com as desigualdades e com a ausência de incentivo para o desenvolvimento de suas capacidades. A cultura, portanto, faz parte do dever do Estado, conforme a constituição:

A Constituição Federal incluiu a cultura como mais um dos direitos sociais, ao lado da educação, saúde, trabalho, moradia e lazer. Assim, os direitos culturais devem ser garantidos com políticas que ampliem o acesso aos meios de produção, difusão e fruição dos bens e serviços de cultura. Também devem ser ampliados os mecanismos de participação social, formação, relação da cultura com a educação e promoção da livre expressão e salvaguarda do patrimônio e da memória cultural. (As Metas do Plano Nacional de Cultura, 2012, pg.17)

Os formuladores de políticas precisam de parâmetros e dados disponíveis para direcionar suas análises e decisões para poder formular políticas públicas. Infelizmente, o campo de pesquisa de coleta de dados e informações relativos a cultural da população, ainda que tenha evoluído nos últimos anos, são muito dispersos no Brasil. Essa dificuldade inibe pesquisas mais minuciosas no campo cultural sobre seus impactos tanto na economia como na qualidade de vida das pessoas. Com um sistema de informação de dados quantitativos mais apurados, as políticas públicas seriam formuladas com base em problemas e necessidades da população e não apenas com o que os formuladores de políticas acreditam que seria ideal para as pessoas. No entanto, vale ressaltar que o aspecto quantitativo isolado também não é suficiente para se propor políticas públicas, pois ela acaba por concentrar-se apenas na problemática da oferta, é necessário ter uma visão geral de aspectos ligados as características locais, ou seja, as políticas devem estar em consonância com as necessidades locais e suas peculiaridades de maneira qualitativa, colocando aspectos sociais, políticos e de psicologia social como fatores relevantes. A pesquisa feita pela Rede Nossa São Paulo revela essa preocupação com a opinião e percepção das pessoas no que tange aos problemas da cidade e essa avaliação mais apurada remete a formulação de políticas públicas focadas nos reais problemas e necessidades mais urgentes da população. A diminuição da distância entre os dados disponíveis (quantitativos pelo Censo e qualitativos por pesquisa de campo) e as reais necessidades dá base para a formulação de estratégias de políticas, mas não é uma informação suficiente para a consonância das mesmas com as reais necessidades e demandas de cultura da população local em cada subprefeitura.

Um estudo realizado pelos pesquisadores Isaura Botelho e Maurício Fiore denominado “O uso do tempo livre e as práticas culturais na região metropolitana de São Paulo”, uma sondagem realizada num universo de 2002 pessoas residentes na região metropolitana de São Paulo, demonstra a preocupação das características locais e em como são formuladas tradicionalmente políticas públicas. Na década de 60 e 70 as políticas públicas eram voltadas para solucionar as desigualdades de acesso da maioria da população a “Cultura” (a cultura erudita tradicionalmente privilegiada, considerada clássica e legítima) e esse pensamento

ainda se perpetua entre os formuladores de políticas culturais. Esse modelo de política coloca como premissas que a cultura erudita é a única que deveria ser difundida e que basta haver o encontro de tal cultura com o público para que de maneira mágica o público fosse conquistado. Tais políticas levam em conta a má distribuição e o acesso a equipamentos culturais, ou seja, apenas ao aspecto da oferta, sem considerar outros fatores também decisivos. As práticas culturais têm outras tradições populares além das eruditas. Essa observação de perfil das práticas e a consideração dessa pluralidade que torna possível uma formulação de políticas mais articuladas que contemplem várias dimensões da vida cultural das pessoas. Com essa visão mais ampla, a direção das políticas não é a indução das pessoas a consumir e ter acesso a um determinado tipo de vida cultural específica, determinada pelos formuladores de políticas públicas, mas sim oferecer a possibilidade de escolha às pessoas entre gostar ou não de determinadas formas de cultura. Isso pode ser feito com o combate ao não acesso de diferentes formas artísticas, não apenas as tradicionais, para colocar a disposição das pessoas a oportunidade de escolha, o que está em consonância com a proposta de desenvolvimento de Amartya Sen, aqui adotada como abordagem orientadora para a problemática de política pública.

Dessa forma, além de saber que há ausência de equipamentos públicos ligados a cultura e saber o grau de satisfação ou não das pessoas em relação a esses serviços, o formulador de políticas públicas ainda precisa da informação sobre o que de fato aquela região necessita para manifestar-se, quais as características locais são fundamentais ter em mente para se instalar uma política pública coerente com um determinado público. A periferia se expressa de maneira distinta do centro e de outros espaços da cidade e não necessariamente precisa de equipamentos iguais aos do centro. Isso acontece devido à diferença de vivências, idéias e conjunto de valores que os espaços da cidade proporcionam.

Outro aspecto importante que se pode dar às políticas públicas culturais é quando sua estratégia está associada ao urbanismo e integra um programa de desenvolvimento socioeconômico por meio de revitalização urbana e diminuição da desigualdade distributiva de equipamentos culturais. Um exemplo dessa política foi o processo de revitalização urbana de Bilbao, na Espanha, que passou por momentos de crise econômica e catástrofes ambientais, onde a preocupação foi a regeneração e mobilização de espaços urbanos integrando as questões de urbanismo, transporte e meio ambiente. A criação do museu Guggenheim foi uma das oito estratégias traçadas por uma parceria pública privada de recuperação da região, o museu foi usado como alavanca de reposicionamento da imagem da

cidade no mundo e ganhou espaço como destino turístico. Entende-se, nesse caso, como a cultura apresenta externalidades positivas, portanto, não contempladas pelo mercado e que os investimentos em cultura trazem benefícios sociais e devem estar articulados com uma estratégia mais ampla de desenvolvimento local, é uma variável a ser incluída nesse sentido. A intervenção governamental, nesse contexto, é justificada.

Afirmar a centralidade da cultura – ela que sempre foi relegada a uma posição secundária – é reconhecer seu papel fundamental no desenvolvimento humano sustentável e considerá-la como componente da qualidade de vida. Sob esse ponto de vista, o acesso à cultura representa um sinal de desenvolvimento geral de uma sociedade. A capacidade de participar da cultura, criá-la e legá-la às gerações futuras torna-se um indicador de melhorias sociais e econômicas. (Observatório Itaú Cultural, 2010)

Como a questão cultural está ligada ao governo, seus incentivos e suas estratégias de desenvolvimento, há uma responsabilidade de delegar funções para as esferas (federal, estadual, municipal). Um documento elaborado em 2004, na Agenda 21, em Barcelona, “Um compromisso das cidades e dos governos locais para o desenvolvimento cultural”, as cidades assumem papel protagonista nas políticas públicas de cultura (Fórum Universal das Culturas – Barcelona, 2004). O documento propõe que os mecanismos de gestão da cultura sejam pautados pelo princípio da subsidiaridade, ou seja, aquele que determina que os assuntos devam ser tratados, sempre que possível, pela autoridade mais baixa, de forma que os instrumentos estatais de satisfação dos interesses da sociedade estejam o mais próximo possível do indivíduo. Conhecer a realidade do município e enfatizando a cidade como espaço onde a dinâmica cultural é mais visível, permite a configuração de políticas públicas no sentido de minimizar desigualdades, de incluir parcela da população ainda a margem da vida pública e cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo considera a cultura como variável relevante na qualidade de vida, convergente portanto à abordagem das capacitações e ao conceito de qualidade de vida multidimensional proposto de Amartya Sen, e admite que “ter acesso a cultura e ao lazer” é um funcionamento, que, se impedido de ser realizado por falta de oportunidades, significa uma privação de exercer escolhas de consumir ou ter acesso a um bem ou serviço cultural e, portanto, é uma privação de liberdade e que influencia a condição de agente do indivíduo. Além disso, na discussão teórica da abordagem das capacitações, a cultura foi identificada como parte

subjetiva dos valores das pessoas, ou seja, de suas relações históricas e psicológicas que interfere sobre suas preferências e decisões.

Ao longo da descrição da distribuição do acesso à cultura por subprefeitura, foram apresentados dados que demonstram a desigualdade de acesso em relação a equipamentos culturais (teatros, museus, centros culturais etc.) e bibliotecas públicas, além da desigualdade de acesso a bens culturais (rádio, televisão, internet). Há uma concentração de acesso à cultura em algumas subprefeituras, deixando a periferia da cidade em déficit dos equipamentos e bibliotecas, evidenciando a dimensão da desigualdade como influência para um conjunto mais amplo de privações.

Por fim, embora não de forma definitiva, apresentaram-se alguns elementos necessários a uma política cultural convergente aos desafios do desenvolvimento, o que inclui abordagens multidisciplinares e a análise do problema da desigualdade do acesso a cultura. O principal ponto dessa discussão foi a percepção de que saber localizar onde se concentra a demanda de política voltadas para cultura com dados qualitativos é necessário para compreender as necessidades locais de cultura. O objetivo da política não seria apenas a indução das pessoas a consumir e ter acesso a um determinado tipo de vida cultural específica, determinada pelos formuladores de políticas públicas, mas sim oferecer a possibilidade de escolha às pessoas entre gostar ou não de determinadas formas de cultura que estejam de acordo com sua realidade local, seus costumes e valores. Os indicadores apresentados, mesmo com suas limitações, permitem uma visualização das desigualdades como fator a comprometer o sucesso de políticas públicas promotoras do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 21 DA CULTURA. In: IV Fórum de Autoridades Locais de Porto Alegre para a Inclusão Social, no marco do Fórum Universal das Culturas, 2004. Barcelona: Fórum UrbanoMundial, no quadro do Fórum Universal das Culturas. <Disponível em: <http://blogs.cultura.gov.br/cnc/files/2009/07/agenda21.pdf>>. Acesso em: 25/11/2012.

BERTINI, Alfredo. **Economia da cultura: A indústria do entretenimento e o audiovisual no Brasil**. 1ª Ed. Saraiva – 2008.

BOTELHO, Isaura. As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. In: São Paulo em Perspectiva, Revista da Fundação SEADE, vol. 15 - n. 2, 2001.

_____. A política cultural e o plano das idéias. In: III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2007, Salvador. **Anais...**Salvador: Faculdade de Comunicação/Universidade Federal da Bahia (UFBA).

_____. “A diversificação das fontes de financiamento para a cultura: um desafio para os poderes públicos”. In: MOISÉS, J.A. e BOTELHO, I. (orgs.). **Modelos de financiamento da cultura**. Rio de Janeiro, Minc/Funarte, 1997.

_____. Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública. In: **Espaço e Debates: Revista de Estudos regionais e urbanos** - n.43/44 São Paulo, 2004.

BOTELHO, Isaura ; FREIRE, Carlos Torres. Equipamentos e serviços culturais na região central de São Paulo. In: **Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo**. São Paulo : EMURB, Prefeitura de São Paulo : CEBRAP, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento : Centro de Estudos da Metrópole, 2004.

BOTELHO, Isaura e FIORE, Mauricio. **O uso do tempo livre e as práticas culturais na Região Metropolitana de São Paulo**. Relatório da primeira etapa da pesquisa. São Paulo, 2005.

CAIADO, Aurílio Sérgio Costa (org.. Economia criativa na cidade de São Paulo: diagnósticos e potencialidades. São Paulo: FUNDAP, 2011.

CALABRE, Lia (Org.). **Políticas culturais: teoria e práxis**. São Paulo:Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

COELHO , Teixeira (Org.). **A cultura pela cidade**. São Paulo : Iluminuras : Itaú Cultural, 2008.

COHEN, G. A. “Equality of What? On Welfare, Goods and Capabilities”. In: NUSSBAUM, Martha C.; SEN, Amartya K. **The Quality of Life**. Oxford: Oxford University Press, 1993, pp. 09-29.

FIORE, E.G., KUWAHARA, M.Y., MACIEL, V. F., SILVA, R. Proposta de indicadores para a qualidade de vida no município de São Paulo. **Revista de Economia Mackenzie**. V5. jul/dez 2007. pp. 102-128.

GRAJEW, Oded. **Cidade desigual**. Artigo para a Fola de São Paulo, São Paulo, 30 de janeiro de 2012. Disponível em: < <http://www.nossasaopaulo.org.br/porta1/node/17425>>. Acesso em: 25/11/12.

IBGE. **Censo Demográfico 2010, Microdados.** Disponível em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/Microdados/>. Acesso em: 28 Set. 2012.

IBOPE INTELIGÊNCIA. Pesquisa de opinião pública sobre a satisfação com a qualidade de vida na cidade e avaliação de serviços públicos. Disponível em: <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/Pesquisa_IRBEM_Ibope_2012_tabelas.pdf>. Acesso em: 20/09/2012.

KLIKSBERG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar.** São Paulo: Companhia das letras, 2010.

MANUAL PARA ELABORAÇÃO DA MONOGRAFIA. Disponível em: <<http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/Economia/monografia/manual.pdf>>. Acesso em: 24/11/2012.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Metas do Plano Nacional de Cultura.** Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2012/06/As-Metas-do-Plano-Nacional-de-Cultura.pdf>. Acesso em: 24/11/12.

OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL. **Percepções:** cinco questões sobre políticas culturais. São Paulo : Itaú Cultural, 2010.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. **Secretaria de cultura e lazer.** Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/portalpmsp/homec.jsp>>. Acesso em: 20/07/2012.

REDE NOSSA SÃO PAULO. Indicadores de referência do Bem-estar. Rede nossa São Paulo: São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/Pesquisa_IRBEM_Ibope_2012.pdf. Acesso em : 20/09/2012.

REIS, Ana Carla R.; MARCO, Kátia. (org.). **Economia da cultura: idéias e vivências.** Rio de janeiro: Publit, 2009.

REIS, Ana Carla Ana Carla Fonseca Reis (org.). **Cidades criativas** : soluções inventivas : o papel da copa, das olimpíadas e dos museus internacionais. Garimpo de Soluções ; Recife: FUNDARPE, 2010.

_____. Economia Criativa: como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

REVISTA OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL / OIC. São Paulo, SP : Itaú Cultural, 2008, n. 4, (jan./mar. 2008).

_____. São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2007, n. 1 (jan./abr. 2007).

_____. São Paulo, SP : Itaú Cultural, 2007, n. 2, (mai./ago. 2007).

_____. São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2007, n. 3 (set./dez. 2007).

ROBEYNS, Ingrid. The Capability Approach: a theoretical survey. In: **Journal of Human Development and Capabilities**, vol. 6, n. 1, p. 93-117, 2005.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análises de Dados. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=1>. Acesso em: 24/11/2012.

SECRETARIA DE ECONOMIA CRIATIVA (SEC). **Plano da secretaria de economia criativa: políticas, diretrizes e ações 2011-2014**. Brasília: Ministério da cultura, 2011.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Editora recorde, 2008.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SILVA, Frederico A. Barbosa da . Economia e Política Cultural: acesso, emprego e financiamento. In: **Coleção Cadernos de Políticas Culturais; v. 3** Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

VALIATI, Leandro. Valor, espaço e cultura: a dimensão não-quantitativa da valoração econômica na reabilitação dos centros urbanos, 2009. Tese (Doutorado em planejamento urbano e regional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.